CAMPANHA SALARIAL 2022

CATEGORIA APROVA ACORDO

Em assembléia unificada dos sindicatos dos trabalhadores metalúrgicos realizada na última quinta-feira, 26, a categoria aprovou a proposta de mediação apresentada pela Superintendência Regional do Trabalho. Foram rodadas de negociações onde imperava a intransigência dos patrões que diante do cenário de crise do parque industrial metalúrgico na Bahia, buscava retirar conquistas históricas da Convenção para reduzir o custo da mão de obra e baratear os custos das demissões, mesmo diante a elevação do custo de vida, com a alta da inflação e a queda do poder aquisitivo dos trabalhadores, os

patrões insistiam em não repor nem mesmo a inflação do período de 11,92% (INPC-IBGE) da data base, julho/2022.

Pela proposta aprovada pela categoria, a reposição das perdas salariais e de todas as cláusulas de natureza econômicas e a manutenção das demais cláusulas da Convenção Coletiva foram importantes conquistas diante o atual cenário devastador com fechamento de fábricas no Estado.

Conforme o Dieese, nas categorias com data base no mês de julho, 31,8% firmaram acordos acima da inflação, 20,8% igual e 47,3% abaixo da inflação do período, com uma

média de perda em -1,1% na massa salarial dos trabalhadores.

A Convenção é um instrumento no contrato de trabalho para os trabalhadores de diversos segmentos representados pelos metalúrgicos o que evidencia a importância do acordo na garantia dos seus direitos.

Mas a luta não se encerra, continua, diante das discussões específicas nas empresas, seja pela implantação ou correção do valor das cestas básicas, os acordos de PLR, jornada e correção nos planos de cargos e salários, por exemplos, que são questões que vem sendo debatidas.

Proposta aprovada pela categoria

- Reajuste salarial de 12% sobre os salários de junho/22 a ser pago na folha de pagamento de setembro/22
- 6%(por cento) retroativo a julho/22 pago em forma de abono em outubro/22

Obs: o retroativo incide sobre os meses de julho e agosto/22, ou seja, 6% julho e 6% agosto (12% no total) e sobre todas as verbas salariais dos respectivos meses (salário, hora extra, adicionais...)

Nº EMPREGADOS	Valor mês	TRIÊNIO	QUINQUÊNIO
Até 200	R\$ 1.498,50	R\$ 74,93	R\$ 149,85
Acima de 200	R\$ 1.637,96	R\$ 81,90	R\$ 163,80

AUXILIO CRECHE – Valor de R\$ 318,00 (Trezentos e dezoito reais) a partir de setembro/2022

TAXA ASSISTENCIAL - As empresas descontarão dos empregados, no mês de setembro de 2022, que não se pronunciarem em contrário, a TAXA ASSISTENCIAL sobre o salário base do empregado, da seguinte forma:

- Para salários até R\$ 1.637,96 - R\$ 36,00 ;
- Para salários acima de R\$ 1.637,96 - R\$ 49,00.

(Valores da CCT anterior corrigidos pelo índice do reajuste salarial)

Manutenção das demais cláusulas da CONVENÇÃO COLETIVA 2021

A classe trabalhadora deve lutar contra a desindustrialização do Brasil

Rene Vicente:

Conta o economista Luiz Gonzaga Belluzzo que em 1978 o governo chinês enviou ao Brasil uma equipe para estudar, compreender e aplicar a experiência brasileira em matéria de desenvolvimento da indústria de transformação.

Naquela época, nosso país desenvolvia o mais exitoso processo de industrialização do mundo. Era um caso exemplar com o qual os chineses, despojados da arrogância ocidental, queriam humildemente aprender.

O Brasil era responsável por cerca de 3% da manufatura mundial, enquanto a China não chegava a 2%. A participação da indústria de transformação no PIB era de 27%.

Hoje, quarenta anos depois, o cenário é muito diferente. O peso da produção industrial no PIB brasileiro não chega a 10%.

O PIB brasileiro equivalia a 2,3% do PIB mundial em 1980, o da China a 1,0%). Em 2021, a participação do nosso país no produto global tinha declinado para 1,7%. O peso da China saltou para 18% e a próspera potência asiática transformou-se na maior economia do planeta.

Escolhas infelizes

O triste contraste entre as duas trajetórias não é fruto de um capricho da história. Resulta de escolhas concretas adotadas pelos respectivos Estados nacionais. A desindustrialização não é um destino manifesto e inexorável das nações onde o fenômeno se verifica.

No Brasil, a progressiva destruição da indústria teve curso após a crise da dívida externa nos anos 1980, que provocou forte redução das taxas de investimento e de crescimento econômico, e foi alavancada pelas políticas neoliberais do governo FHC.

O chamado tripé macroeconômico inaugurado pelo presidente tucano – composto de câmbio flutuante, juros altos e ajustes fiscais recorrentes para realizar superávits no orçamento primário independentemente da fase do ciclo econômico – foi fatal para a indústria nacional.

A valorização artificial do real, que no início chegou a ser cotado acima do preço do dólar, fechou o mercado exterior aos produtos industriais originados do Brasil e ampliou a penetração de importados no mercado interno.

É preciso reverter o processo de desindustrialização para impulsionar o desenvolvimento nacional Carro-chefe do desenvolvimento

O exemplo da China, entre muitos outros, mostra que a indústria é o carro-chefe do desenvolvimento e do bem-estar das nações. É o celeiro das novas tecnologias e da alta produtividade do trabalho.

É o setor industrial que também cria os melhores empregos, paga os maiores salários e mais contribui para o crescimento da economia. Cabe assinalar que esta verdade vale especialmente para São Paulo, que ainda detém o maior parque industrial do país e é o estado que mais sofreu e sofre com a desindustrialização.

Para criar mais e melhores empregos e recolocar o Brasil na rota do desenvolvimento é preciso interromper e reverter o processo de destruição da nossa indústria, que tem por símbolo mais recente a retirada da Ford.

Novos rumos políticos

Isto pressupõe mudanças nos rumos políticos do país, a derrota de Jair Bolsonaro e do neoliberalismo, a eleição não só de Lula mas de candidatos e candidatas progressistas para o Congresso Nacional.

Será o primeiro passo para que sejam implantadas, em todas as esferas da federação, políticas de estímulo à produção industrial, com foco no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como na valorização do trabalho e distribuição de renda. Reforma tributária e mudança da orientação macroeconômica são iniciativas indispensáveis nesta direção. A classe trabalhadora é a principal interessada e deve liderá-la ao lado dos empresários e setores das classes médias preocupadas e compromissadas com o desenvolvimento nacional.

Fome, desemprego e economia estagnada no Brasil

A política ultraliberal do governo Bolsonaro mergulha o Brasil em uma crise sem fim. Mais de 30 milhões de pessoas passam fome, quase 11 milhões de pessoas estão desempregadas. A inflação segue nas alturas e os alimentos a cada dia ficam mais caros.

Para piorar, as estimativas continuam bem ruins. A economia está estagnada e a prévia é de deflação de 0,73% em agosto. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) 15 é de 5,02% no ano e

9,60% em 12 meses.

A alta nos preços dos alimentos é responsável pelo quadro. A disparada no valor tem influência, principalmente, do leite longa vida, que saltou 14,21% em apenas um mês. No ano, a alta acumulada é de cerca de 80%.

Outros itens também subiram e estão pesando no orçamento dos brasileiros. Destaque para as frutas e frango em pedaços. A elevação ficou entre 2,99% e 4,18%. As altas não param por aí. A taxa de água e esgoto subiu 0,52% e o custo do gás encanado teve leve alta de 0,07%.

Outros grupos tiveram alta, como

educação e saúde e cuidados pessoais. Não à toa pesquisa do SPC Serasa divulgada nesta semana revela que mais de 63 milhões de brasileiros não conseguem pagar as dívidas e estão com o nome sujo na praça. Um recorde.